

Filha de secretário-geral é exonerada

A estudante Juliana de Ávila Carreiro, de 19 anos, filha do secretário-geral da Casa, Raimundo Carreira, foi exonerada ontem por ordem do presidente do Congresso; senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA). Ela ocupava o cargo de secretária parlamentar da liderança do Governo, ganhando cerca de R\$ 4 mil por meio expediente. O senador Carlos Wilson (PSDB-PE) vai apresentar um requerimento à Mesa Diretora pedindo a relação de seus colegas que empregam filhos, mães e outros familiares. Segundo ele, somente assim, mostrando que os contratados por nepotismo não chegam a 20% da Casa, será possível combater a prática e evitar que todos os parlamentares venham a ser condenados publicamente.

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), que usou a

contratação de parentes nos tribunais de Justiça como uma das denúncias para embasar a CPI do Judiciário, votou em 1995 contra o projeto do senador Roberto Freire (PPS-PE) que pretendia acabar com o nepotismo nos órgãos públicos. O projeto foi aprovado e depois arquivado na Câmara com o argumento de que sua tramitação apresentava problemas regimentais. Em 1996, Freire reapresentou a mesma proposta, que passou no Senado, foi para a Câmara e agora tem parecer contrário do relator Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP).

Na época da votação do projeto, na justificação do voto contrário, Antonio Carlos Magalhães argumentou que o fazia com a autoridade de quem nunca nomeou parentes. A única exceção, admitiu, foi a nomeação do

filho Luís Eduardo Magalhães, já falecido, como oficial de gabinete. Outra justificativa de Antonio Carlos era de que sem retroatividade de nada adiantaria o projeto.

Roberto Freire critica os que hoje denunciam o nepotismo no Judiciário, já que poderiam ter resolvido o problema com a aprovação da lei que proibia aos ocupantes de cargos públicos nomear cônjuge, companheiro ou parente, consanguíneo ou afim, até o segundo grau, para cargos ou emprego em comissão: "É nossa atribuição votar as leis que poderiam coibir essa prática que todos condenam. Hoje seu projeto está na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), com parecer, pela rejeição, do relator Aloysio Nunes Ferreira. Ele argumenta que o melhor caminho é que os presidentes da Câmara e do Senado

resolvam o problema nas duas Casas através de decreto legislativo e considera inconstitucional a lei abranger os outros poderes.

O presidente da Câmara, Michel Temer (PMDB-SP), quer mudar os critérios que determinam a cota de passagens aéreas para os deputados. Ele acredita que a inclusão na cota mensal de duas passagens para o Rio de Janeiro não tem mais justificativa. E disse que examinará com os demais integrantes da Mesa da Casa outra forma de estabelecer a cota. Esse critério foi estabelecido em 1971, quando vários órgãos públicos estavam sediados no Rio. Naquela época, os parlamentares tinham de viajar muitas vezes para a cidade. Hoje, de um custo total de R\$ 23 milhões por ano com passagens, R\$ 5 milhões são gastos só com viagens ao Rio.